

Margarida Calafate Ribeiro
Odete Costa Semedo
[Orgs.]

Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história



Edições Afrontamento

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

IC INSTITUTO
CAMÕES
PORTUGAL

Título: Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história

Organização: Margarida Calafate Ribeiro e Odete Costa Semedo

© 2011, Margarida Calafate Ribeiro, Odete Costa Semedo e Edições Afrontamento

Imagem da capa: Fotografia de um pano de pente guineense, *Latrus*, feita por Gui-Foto

Edição: Edições Afrontamento / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Colecção: Textos/91

N.º de edição: 1385

ISBN: 978-972-36-1175-5

Depósito legal: 329193/11

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
comercial@companhiadasartes.pt

Julho de 2011

Apresentação

Oscilando entre o canto e os escritos

Odete Costa Semedo
Margarida Calafate Ribeiro

Imaginar a Guiné-Bissau é imaginar um país com uma grande diversidade étnica, linguística e cultural. Hoje nação em construção, confrontada com inúmeros conflitos, a sua história é quase sempre atrelada à memória da sua colonização por Portugal e à história da presença europeia em África, como aliás acontece com a maioria dos países africanos. A tradição narra a história de um país que se mostra como um mosaico fragmentado: vários grupos étnicos, diversas línguas e culturas a que se vêm juntar outros grupos vindos do alto Níger, do Mali, da Serra Leoa, e tantos outros lugares, sem se esquecer o Império Kaabunké que envolvia um vasto território na costa ocidental africana e do qual fazia parte uma grande parcela do que é hoje o território da Guiné-Bissau¹.

Com a penetração dos europeus nessa costa, há uma literatura de viagens que nos dá conta de périplos de navegadores, bispos e demais viajantes que se incumbiram de *civilizar* os africanos, levando a fé cristã aos gentios², escondendo por detrás da cruz e dos santos a espada da dominação e da exploração. A presença desses estrangeiros não teve uma receção pacífica, pois os nativos reagiram sempre não só à invasão dos portugueses nos rios da Guiné, como também à efetivação da administração colonial no território. Mas para os portugueses essas revoltas não passavam da «insubordinação» dos nativos e assim as guerras desencadeadas contra os vários grupos étnicos foram então denominadas de «guerras de pacificação». Numa luta desigual, Portugal acabou por dominar. Apossa-se do território e reinventa uma Guiné Portuguesa que vai fazer parte do conjunto das «províncias do ultramar». Porém, é uma colónia que não iria merecer a atenção dada aos outros territórios colonizados por

(1) Veja-se, a este respeito, Carlos Lopes (1993).

(2) Sobre este assunto, veja-se Avelino Teixeira da Mota (1946).

Portugal, pelo menos no que respeita à educação dos nativos, calando, dessa forma, possíveis vozes autóctones no mundo das letras.

Instalada a administração colonial, e criada a primeira tipografia em Bolama, em 1879, inicia-se a publicação dos jornais, dos Boletins Oficiais (1879 a 1974), dos Boletins Culturais da Guiné Portuguesa (com 111 números publicados de 1946 a 1973). É a partir dos anos de 1900 que vai despontar uma literatura colonial, assegurada por alguns nomes em que se contam poucos guineenses. O cónego guineense Marcelino Marques de Barros vai ser o precursor na recolha e publicação de contos e cantigas da tradição oral guineense. Na ausência das línguas étnicas num sistema escolar elitista, a língua portuguesa consagra-se como língua do ensino, da administração, dos civilizados e, obviamente, língua da escrita. Uma escrita que tem subjacente a ideologia colonial, que desconsiderava as línguas e as culturas locais. Com a língua vai portanto todo um imaginário europeu, o direito, a religião, a ciência, a administração de Estado e a escola, promovendo um epistemicídio cultural sem retorno que impõe a escrita – uma das grandes armas da ação colonizadora da Europa – como instrumento de cultura e despreza todos os conhecimentos da tradição oral.

Voltando aos referidos Boletins Oficiais, então publicados, esses documentos podem ser considerados como uma espécie de literatura de viagens, pois eram relatos dos acontecimentos locais que chegavam aos mais pequenos detalhes sobre o comportamento do «gentio»: relatavam não apenas os factos ocorridos na relação entre guineenses e portugueses, as medidas administrativas a serem tomadas na época, como também – nos seus considerandos – retratavam os povos e as suas reações à presença portuguesa, sob o olhar colonial. Esses documentos constituem, hoje, verdadeiras fontes históricas que mostram a visão colonial da relação entre os nativos e os portugueses.

Os fios que os historiadores seguiram ao longo dos séculos foram (e são) ou de fontes escritas europeias, ou da tradição oral africana, constituindo esta última uma referência ainda hoje contestada por se supor ser frágil a oralidade como fonte histórica. Porém, é essa fonte que, desafiando todas as controvérsias e entre tantas notícias, nos dá conta de um território multiétnico e plurilinguístico; um território com uma estrutura política organizada que tinha à testa um *mansa* [rei na língua mandinga] e de que faziam parte os atuais territórios da Guiné-Bissau, Gâmbia, Senegal (Casamance) e Guiné-Conacri.

É a presença dos portugueses no território que é hoje a Guiné-Bissau que vai desagregar ainda mais os grupos que ali viviam, inflamando os conflitos interétnicos, apoiando uns contra outros. Esse facto agudizou, por um lado, as guerras causadas pela busca e manutenção de poder económico, domínio territorial e religioso, e, por outro lado, conferiu mais poder aos colonizadores.

Porém, a fragmentação natural (existência de grupos étnicos) ou traços do mosaico nacional guineense não foi fator impeditivo para o fomento de uma unidade nacional à volta da qual se viria a desenvolver a ideia e a prática de uma luta armada de libertação nacional, que tinha a finalidade de expulsar os colonizadores. Ali, contou muito a fidelidade para com a causa da libertação do país que estava sob o jugo colonial e tinha subjacente o afã de resgatar a liberdade e a soberania usurpadas. Essa vontade vai fortalecer a ideia de unidade e conduzir a um discurso hegemónico então feito na base de uma unidade nacional necessária à busca da independência por meio da luta de libertação. E o fenómeno que gerou a referida unidade nacional vai ser também a antecâmara para o aparecimento de manifestações literárias.

Num país considerado colónia de exploração, onde a não aceitação da presença colonial gerou prolongados conflitos, os portugueses nunca tiveram a preocupação de construir escolas e instruir os nativos. E quando havia manifestação de interesse por parte destes em frequentar as poucas escolas instaladas no território, eram considerados preguiçosos que queriam fugir de trabalhos braçais em busca do ócio. Essa prática colonial tolheu grandes oportunidades aos guineenses, em termos de criação de uma elite nacional e ainda de grupos ou movimentos literários. Por isso, só nos anos de 1940 começariam a surgir textos esparsos de guineenses contestando, de algum modo, a presença colonial no país – embrião de uma literatura que viria a ter o seu registo de nascimento com as luzes da independência.

Se é certo que se questiona sobre a existência de uma Guiné-Bissau enquanto projeto de nação, antes e depois da colonização – uma nação seja ela imaginada e/ou em construção –, não é menos certo que, mais do que qualquer área de saber, é a literatura, pela força da sua expressão, que vai configurar a ideia de uma nação guineense, por meio da poesia popular, da poesia moderna, dos contos tradicionais e de autoria individual e dos romances. As cantigas de mulher, por exemplo, revelaram-se, e revelam-se, como lugar de expressão de tensões individuais e coletivas. A poesia moderna, nos últimos tempos da luta armada e nos primeiros tempos após a independência, exaltou a luta de libertação, a pátria amada e cantou os heróis nacionais. Foi um tempo de uma unidade nacional exacerbada e trazida da luta de libertação. Os discursos poético e político quase que se fundiam e o político chegava a suplantar o pendor estético, tal era o compromisso das letras com o país e as suas lutas e conquistas.

Em menos de uma década depois da independência, o discurso literário toma outro rumo, encenando vozes de um povo desiludido, que se mostra traído porque os sonhos, até então alimentados, esvaíram-se, sem realização. E tratava-se, na época, de um discurso muito preocupado com o ideológico, o histórico, mas também com a estética. Os escritos assumiram-se como vozes que encenam discursos que, em muitos casos,

vão contrariar e desconstruir a narração hegemónica baseada nas *palavras de ordem* do líder Amílcar Cabral, na exaltação da vitória conquistada e nos feitos dos heróis nacionais. Cada poema, cada canto e cada narrativa aparece carregado de mensagens que criticam e desconstróem o discurso oficial, mostrando como os ideais que nortearam a luta de libertação foram sendo deixados de lado pelos dirigentes.

Ao mapearmos a literatura da Guiné-Bissau, é possível antever a trajetória da narração da nação na qual um mito fundador é apresentado por meio duma literatura de combate com as suas manifestações de sofrimento, de renúncia do colonialismo e de nostalgia de um passado anterior ao tempo da presença colonial³ em que a tradição oral se mostra como espaço tanto de educação para o bem quanto de lazer.

Está-se, assim, diante das letras de um país da oralidade, um chão onde o canto *pariu* escritos. Daí a particularidade do título dado a esta obra, *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história*, que nasce num momento particularmente crítico da história recente da Guiné-Bissau, e que por isso pretende também mostrar a importância da intervenção literária e artística como instrumento de interpelação e reflexão crítica sobre o percurso sociopolítico e histórico do país e dos seus cidadãos. Trata-se de um livro que, ao invés de colocar os autores e críticos que participaram da sua construção numa redoma, limitando as suas vozes, abre várias perspectivas de abordagem que permitem um cruzamento de olhares sobre o canto, a poesia e a narrativa de tempos diferentes, movidos por filosofias diferentes: a colonial e a nacionalista. E mesmo entre os escritos construídos depois da independência destacaram-se os de foro intimista e os de representação da voz coletiva.

Assim, *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história* é uma obra em que as várias críticas apresentadas constituem-se contributos para leituras de obras de autores guineenses e/ou de inspiração guineense, seguindo as mais diversas direções e dicções, questionando, em alguns casos, a invenção/existência da nação guineense, e, em outros casos, indagando sobre a guineidade enquanto fio nevrálgico da identidade guineense. As narrativas serviram de pano de fundo para análise e comparação entre ficção e história, colocando em simetria o universal e o particular, o global e o local, trazendo à tona a sociedade colonial, com as suas intenções civilizatórias, a reinvenção da sociedade guineense e a relação entre os colonizadores e os nativos.

O livro abre com dois textos críticos, um de Odete Costa Semedo e outro de Carmen Tindó Secco, que desenham a cartografia da literatura guineense, contextualizando historicamente as abordagens feitas. Carmen Secco deteve-se na poesia guineense que cartografa com um fino viés social e geopolítico o território da Guiné-Bissau. A seguir, o ensaio de Tony Tcheka convida o leitor a abrir e estender a esteira,

como o próprio declara, «à boa maneira da terra, para uma incursão pelos novos valores da poesia», destacando a importância da nova geração para o crescimento da literatura da Guiné-Bissau. Nazareth Fonseca faz uma incursão pelos caminhos da língua, os seus conflitos na literatura guineense e as questões da legitimação das línguas europeias como línguas nacionais dos países colonizados, bem como da desconstrução e reconstrução dessas línguas pelos africanos nos seus escritos. Teresa Montenegro, numa viagem pelo imaginário guineense, traz à tona as diversas manifestações do fogo, expressas em registos escritos, em mitos e lendas. Uma abordagem sobre a literatura dramática traz ao de cima o teatro guineense, ainda incipiente na sua forma escrita, pelas mãos de Íris Amâncio. Moema Augel faz uma leitura por menorizada de *No fundo do canto* de Odete Costa Semedo. Pires Laranjeira problematiza de forma veemente o ser crioulo e oferece uma apaixonante leitura da poesia de Odete Semedo. Joaquim Bessa enuncia a problemática da identidade nacional presente na literatura guineense em língua portuguesa, enquanto contributo dos *djidiu di caneta* na construção da nação. Segue-se uma proposta de comentário sobre o panorama literário guineense, visto a partir do Brasil, por Amarino Queiroz. De seguida Robson Dutra apresenta uma proposta de leitura do livro de contos de Waldir Araújo *Admirável diamante bruto* no contexto da prosa guineense. A secção de ensaios encerra com Laura Cavalcante Padilha, que, numa abordagem instigante, tece e entretece a leitura dos três romances que constituem a *Trilogia* de Sila, trazendo à tona a simbologia de uma abertura para o futuro que considera *história-invenção* e *história-necessidade* como dois pilares essenciais da história como um todo, perspectivado também pelo abraço entre gerações.

São vozes críticas sobre o processo de construção da literatura guineense, enquanto sistema, passando o olhar sobre a poesia da Guiné-Bissau, as línguas locais e as da escrita e sua controvérsia. Isso porque o estudo e a análise das obras de autores constituíram caminhos para abordagem de alguns textos escritos tanto em crioulo guineense quanto em português, tratando-se em alguns casos de letras de canções e outros de poemas, dado que o crioulo é uma das línguas usadas por muitos escritores guineenses no seu fazer literário.

Os criadores intermedeiam as palavras dos exegetas com os seus escritos: *A outra mistida*, de Abdulai Sila, confronta o seu leitor com as *faltas* que o levam a mais uma busca incessante, desta feita dos seus sonhos, amores, paixões, e até do seu país e da sua memória. Raul Mendes Fernandes opta pela encenação do texto que o teatro proporciona, com a peça *A Estátua*. Carlos Lopes, cronicando, *Em terra de surdos*, mostra como uma herança pode destruir os laços de família. Fafali Koudawo encarna os desalentos da bideira Segunda Té que expressa o seu desconforto pela desgovernança. Odete Costa Semedo reinventa um mito fundador do país, configurando o

(3) Sobre este assunto, consultar Moema Parente Augel (2007b).

tempo através dos vários tempos que se vão conjugar num só e em constante movimento espiral, porque *No princípio era a gota... era o grão...!* Filomena Embaló faz o leitor viajar pelo ambiente de uma tabanca fula, para mostrar a estratégia de *A mulher de Barulá* na resolução de um conflito que afetava a sua moransa. Tony Tcheka desloca-se do seu lugar de criador para o de crítico, tecendo uma síntese sobre um dos percursos da literatura guineense, conforme já se referiu.

Está-se, assim, diante da amostra de uma literatura em fase de busca e de afirmação e que encontra a sua força vital na tradição oral e na oratura; uma literatura que se vai alimentando dos acontecimentos sociais, políticos e culturais; escritos que encontram a sua força e identidade na tradição e nas línguas locais – instrumentos usados pelos poetas, contistas e romancistas para desconstruir e reconstruir aquela que foi a língua do opressor, que evoluiu para mais uma das línguas da emancipação e que é hoje, por opção e apropriação, a língua de contacto com o mundo e também a língua do coração.